
DESENVOLVIMENTO RURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO A ÁGUA NO NORDESTE: UM ESTUDO DO PROGRAMA ÁGUA PARA TODOS EM ARACATU-BA

Rural development and water access policies in the Northeast: a study of the water for all programme in Aracatu-BA

Desarrollo rural y políticas de acceso al agua en el Noreste: un estudio del programa agua para todos en Aracatu-BA

Mateus Costa Santos¹ <https://orcid.org/0000-0002-3318-7372>

João Ernandes Barreto Nascimento² <https://orcid.org/0000-0001-6298-957X>

Fernanda Viana de Alcantara³ <https://orcid.org/0000-0002-9296-8558>

¹ Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo/ UESB, Brasil, Bolsista CAPES, e-mail – mateuscosta83@hotmail.com.

² Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo/ UESB, e-mail – mateuscosta83@hotmail.com.

³ Pós Doutoranda da Universidade Federal de Sergipe- UFS, Brasil; Professora do Programa de Pós-graduação em Geografia – PPGeo/ UESB e do Departamento de Geografia da UESB, e-mail - nandanpgeo@yahoo.com.br

Recebido em 30/04/2019

Aceito para publicação em 30/06/2019

Resumo

O presente estudo busca analisar o desenvolvimento rural por meio das políticas públicas e como essas emergem no espaço rural do Nordeste brasileiro, e toma como base uma pesquisa realizada no município de Aracatu – BA com a implantação do Programa Água para Todos, na construção de cisternas de captação de água da chuva que tem modificado a dinâmica das famílias residentes no espaço rural. Utiliza-se como aporte teórico, Alcantara, Costa (2010) Araujo (2000), Schneider (2004). Os procedimentos metodológicos adotados foram: aplicação de questionários, pesquisa documental e elaboração de gráficos, tabelas, quadros e mapas para a análise e considerações do trabalho. Destarte, as políticas públicas de acesso à água têm configurado uma nova realidade para as famílias rurais de Aracatu-BA.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Políticas públicas. Acesso à água.

Abstract

This study seeks to analyze rural development through public policies and how they emerge in rural areas of the Brazilian Northeast, and takes as a basis a research conducted in the municipality of Aracatu - BA with

the implementation of the Programa Água para Todos, in the construction of rainwater catchment cisterns that have modified the dynamics of families living in rural areas. Alcantara, Costa (2010) Araujo (2000) and Schneider (2004) are used as theoretical contributions. The methodological procedures adopted were: application of questionnaires, desk research and preparation of graphs, tables, charts and maps for the analysis and considerations of the work. Thus, public policies on access to water have configured a new reality for rural families in Aracatu-BA.

Keywords: Rural development. Public policy. Access to water.

Resumen

Este estudio busca analizar el desarrollo rural através de políticas públicas y cómo emergen en las zonas rurales del Nordeste brasileño, y toma como base una investigación realizada en el municipio de Aracatu - BA con la implementación del Programa Água para Todos, en la construcción de cisternas de captación de agua de lluvia que han modificado la dinámica de las familias que viven en las zonas rurales. Alcantara, Costa (2010) Araujo (2000) y Schneider (2004) se utilizan como contribuciones teóricas. Los procedimientos metodológicos adoptados fueron: aplicación de cuestionarios, investigación documental y elaboración de gráficos, tablas, diagramas y mapas para el análisis y consideración del trabajo. Así, las políticas públicas de acceso al agua han configurado una nueva realidad para las familias rurales de Aracatu-BA.

Palabras clave: Desarrollo rural. Políticas públicas. Acceso al agua.

Introdução

O presente trabalho realiza uma análise sobre a contextualização das políticas públicas implementadas na região Nordeste do Brasil e o seu papel nas transformações ocorridas no espaço rural, em especial, no município de Aracatu – BA após a implantação do Programa Água para Todos, com a construção de cisternas para a captação de água da chuva.

Realizou-se um trabalho de pesquisa no intuito de investigar como o Programa Água para Todos tem interferido na configuração do espaço rural, principalmente nas condições de vida das famílias beneficiadas. Nessa mesma perspectiva, discute-se a importância das políticas públicas voltadas para as infraestruturas hídricas.

Também foi discutida a relação entre o desenvolvimento rural e as políticas públicas que são implementadas no Nordeste, em especial, na região onde predomina o clima semiárido. São levantadas algumas indagações sobre as características políticas da região e a utilização das condições climáticas como causalidade da pobreza e do atraso. É destacada a importância das políticas públicas, como produtor de uma nova perspectiva aos nordestinos do semiárido, e a relevância da participação social nesse processo político-social.

A pesquisa obedeceu alguns procedimentos metodológicos que visam atingir os objetivos propostos, por meio de discussão teórica ligada as referências do desenvolvimento

rural e das políticas públicas no Nordeste. Foi realizado um levantamento da distribuição das comunidades e associações beneficiadas pelo Programa, para, desse modo, especializar a aplicação dos questionários.

Foram elaborados e aplicados cem (100) questionários com a finalidade de traçar um perfil socioeconômico das famílias e fazer uma análise e avaliação do programa de acordo com os dados fornecidos pelos beneficiários.

Esses procedimentos possibilitaram o acesso às informações de forma direta viabilizando a interpretação e análise dos mesmos, por meio de gráficos e mapas que apresentam os resultados da pesquisa. Os dados serviram também para a elaboração de quadros e redação das considerações finais.

Através da realização desta pesquisa foi possível verificar o processo de execução do programa no município de Aracatu, e como se deu a distribuição das associações beneficiadas. Ademais, com as cisternas construídas nas propriedades rurais, melhoraram as condições de vida da população. Averigou-se os elementos positivos e/ou negativos do processo de implementação do Programa Água para Todos e sua influência no desenvolvimento do espaço rural do município de Aracatu-BA.

Abordagens sobre o desenvolvimento rural e as políticas públicas

O termo desenvolvimento pode ser considerado e conceituado de diversas formas, nesse seguimento concorda-se com a explicação de Souza (1996, p.5) “[...] desenvolvimento pressupõe mudança, transformação – e uma transformação positiva, desejada ou desejável.” O cerne da questão aponta que esta definição teórica decorre da necessidade de solução, geralmente de problemas sociais, ambientais e/ou econômicos. Porém, ao observar a realidade, o mensurável, há de se perceber um processo desigual no que diz respeito ao desenvolvimento e ainda verifica-se que as mudanças trazidas pelo “desenvolvimento” não ocorre de maneira uniforme.

Na discussão a respeito do desenvolvimento há de se enquadrar o desenvolvimento rural, enquanto variante que modifica o espaço em questão. Mudanças estruturais compõem o âmbito socioeconômico das famílias rurais havendo uma complexidade no entendimento. Teoricamente, o desenvolvimento rural é entendido como o regulador ou uma espécie de formulador que assegura o crescimento econômico com redução das desigualdades sociais, da pobreza e da fome, com conservação dos recursos naturais e usufruindo da capacidade produtiva dos ecossistemas. Nesse ângulo de compreensão, Souza (2010) define que:

SANTOS, M. C.; NASCIMENTO, J. E. B.; ALCANTARA, F. V. de

O desenvolvimento rural torna-se assunto de difícil análise devido à complexidade teórico-conceitual que o cerca. Desta forma, a complexidade teórico-conceitual desvincula o desenvolvimento rural das abordagens sociais. Suas concepções fundamentais sobre o espaço rural e sobre a dinâmica socioeconômica são absorvidas pela hegemonia da teoria produtivista. (SOUZA, 2010, p. 246)

O desenvolvimento rural segundo o autor supracitado está concomitante ao desenvolvimento tecnológico na produção agrícola. Essa modernização produtiva faz parte de um processo dependente, e não de projetos voltados para o desenvolvimento rural e que ao longo dos anos vem configurando tal ambiente. Em outra instância para Carvalho, Costa e Brito (2014):

O termo desenvolvimento quase sempre refletiu a perspectiva de crescimento econômico. Todavia, nas últimas décadas, esse termo ganhou novas adequações e, para considerar um espaço desenvolvido, incorporaram-se, além da economia, aspectos sociais e de qualidade de vida da população residente. Nessa condição aparece o desenvolvimento rural como perspectiva de qualidade de vida, de transformação social e econômica de uma sociedade em nível local, pois o rural coloca-se como um modo de vida e emerge como um espaço multifuncional a partir da introdução de novas possibilidades de geração de renda. (CARVALHO; COSTA; BRITO, 2014, p. 70).

As reflexões anteriores mostram que não basta ter mudanças apenas do quadro econômico no espaço rural, mas que esse desenvolvimento seja voltado para as populações rurais, abrangendo também os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais partindo do princípio que o desenvolvimento rural exerce a preocupação de melhorar, de criar condições de vida nesse espaço.

O desenvolvimento rural não é um resultado imediato, pois, depende de muitos fatores que interferem no contexto de vida daqueles que vivem nesse meio, uma vez que cada região tem suas particularidades. Conforme Schneider (2004)

Dadas as especificidades e particularidades do espaço rural determinadas pelos condicionantes sociais, econômicos, edafoclimáticos e tecnológicos, o desenvolvimento rural refere-se a um processo evolutivo, interativo e hierárquico quanto aos seus resultados, manifestando-se nos termos dessa complexidade e diversidade no plano territorial. (SCHNEIDER, 2004, p. 98 - 99)

Dessa maneira, o desenvolvimento rural é um processo contínuo a ser discutido devido às transformações que esse espaço vivencia. Assim, as políticas públicas contribuem no

processo de desenvolvimento rural, constituindo uma possibilidade de transformação da realidade.

As políticas públicas ganham destaque, ao apresentarem possibilidades de benfeitorias no meio rural, seja nas esferas sociais, econômicas e/ou ambientais, o que modifica uma localidade desprovida de tal recurso. Daí a importância da mobilização social, o que amplia a efetivação dos direitos e acesso a melhores condições de vida.

Dentro dessa compreensão, as estratégias de combate à pobreza devem acompanhar e analisar, segundo Araújo (2000), as causas da pobreza no Brasil contemporâneo, pois existem diversos fatores que ainda contribuem para os índices de situação de pobreza: a estrutura fundiária, por exemplo, visto que, principalmente nas regiões Norte e Nordeste há disparidades entre o número de pequenos produtores ou sem-terra e os grandes proprietários.

Aprofundar na temática do desenvolvimento e fazer um recorte espacial da região Nordeste, que apresenta uma heterogeneidade de relações socioeconômicas, é oportunizar uma análise das identidades tradicionalmente disfarçadas por discursos políticos que atingiram a região como um todo. Conforme Araújo (2000):

Nas últimas décadas, mudanças importantes remodelaram a realidade econômica nordestina, questionando inclusive visões tradicionalmente consagradas sobre a região. Nordeste região problema, Nordeste da seca e da miséria. Nordeste sempre ávido por verbas públicas, verdadeiro “poço sem fundo” em que as tradicionais políticas compensatórias, de caráter assistencialista, só contribuíram para consolidar velhas estruturas socioeconômicas e políticas, perpetuadoras da miséria. (ARAÚJO, 2000, p 172).

Essa leitura do Nordeste proporcionou o fortalecimento e domínio de famílias coronelistas que se apropriavam dos recursos vindos para o crescimento econômico regional para o desenvolvimento de empresas privadas provocando o aumento das desigualdades inter-regionais.

A inserção de políticas públicas configurou e têm configurado, seja de forma centralizada ou descentralizada, transformações no espaço rural, visto que, direta ou indiretamente a população sentiu-se atingida por essas mudanças, sejam elas, culturais, sociais e/ou econômicas.

Políticas públicas no Nordeste e a questão do acesso à água

O Nordeste brasileiro sempre foi visto como sinônimo de região problema, pois desde o período colonial a concentração de terras, a exploração dos recursos naturais, o processo de

exclusão dos mais pobres e conseqüentemente a desigualdade de distribuição da renda influenciaram para essa visão equivocada, como também, o processo migratório para o centro-sul do Brasil no século XX.

Segundo a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a região nordeste é a que possui maior número de estados do Brasil, ao todo são nove e com uma área de 1.554.291 km², o que corresponde a 18% do território nacional. Dessa área territorial, 841.260,9 km² abrangem o Semiárido, totalizando 62% da referida região. A partir de dados do IBGE (2011), em 2010 a região Nordeste contava com uma população de 53 milhões de habitantes e que a denominada Região Semiárida contava com aproximadamente 25 milhões de habitantes em que se considerem as características bastante severas em condições ambientais. Neste aspecto Andrade (2005) aborda:

No Nordeste, o elemento que marca mais sensivelmente a paisagem e mais preocupa o homem é o clima, através do regime pluvial e exteriorizado pela vegetação natural. Daí distingue-se desde o tempo colonial a “Zona da Mata”, com o seu clima quente e úmido e duas estações bem definidas – uma chuvosa e outra seca –, do sertão, também quente, porém, seco, e não só seco, como sujeito, desde a época colonial, a secas periódicas que matam a vegetação, destroem os animais e forçam os homens à migração. (ANDRADE, 2005, p. 37)

Nota-se que desde o período colonial, o fator climático tem promovido circunstâncias, sejam elas físicas e/ou sociais, para a permanência dos nordestinos na terra de origem.

A população, devido às condições socioeconômicas e naturais, muitas vezes não poderiam se estabelecer na região, o que de tal modo construiu uma ideologia do Nordeste pobre, atrasado e sem a capacidade de se desenvolver e conviver com os percalços, principalmente naturais, enfrentados pela região. Isso ocorre pelo modelo de produção instaurado na região, em que a modernização da agricultura e outros setores produtivos são de domínio restrito contribuindo para a sustentação que segundo Araújo (2000) denomina de “velhas estruturas”.

A partir dessas indagações, é perceptível que, nas localidades mais interiorizadas, onde há maior quantidade de pequenos municípios, ocorre maior incidência dessas configurações socioespaciais, pois, significativa parcela da população está sujeita à manipulação por parte dos detentores do poder local. Na Bahia, por exemplo, essa é uma realidade, pois dos 417 municípios existentes 57% possuem menos de vinte mil habitantes, o que corresponde a 240 municípios segundo o IBGE.

Isso, aliado a condição climática existente na região semiárida, pode ocorrer, entre outros fatores, com a apropriação de recursos, principalmente hídricos no intuito de interesses particulares e/ou políticos, em vez de cooperar com aqueles que realmente necessitam na época de estiagem. Esse processo é conhecido como “*Indústria da seca*”. Nessa perspectiva, Araújo (2000) trata do período crítico para a região semiárida:

E quando chegar, como é de costume, as populações em situação de incapacidade de prover sua sobrevivência, em estado de fome aguda, ficarão expostas ao risco de programas assistenciais que, tradicionalmente, servem de instrumento de manipulação, especialmente em anos eleitorais como esse. As elites locais são tão useiras desse expediente manipulador, que muitas dúvidas surgem, em momentos como esse, para quem está de longe da região semi-árida do Nordeste. Pergunta-se: existe mesmo seca? E, se existe, ainda há necessidade de programas de atendimento emergencial? Por quê? O Nordeste não se “modernizou”, nas décadas recentes? Será que não é possível evitar o uso eleitoreiro dessa tragédia social? (ARAÚJO, 2000, p. 235)

Nas áreas de clima semiárido, onde ocorre com maior intensidade o fenômeno da seca, as políticas públicas podem amenizar as dificuldades causadas pela irregularidade e baixo volume de chuvas. Porém, o uso dessas políticas como uma “indústria” para beneficiamento eleitoreiro ou particular, pode se tornar um ciclo vicioso, culpabilizando somente a situação da pluviosidade que interfere na miséria e pobreza de parte da população.

Consequentemente, os anos se passam e a região Nordeste ainda precisa dos benefícios ou projetos assistencialistas, uma vez que, enquanto não há políticas que modifiquem a condição de vida da população, ainda perpetuará esse costume de se apropriar dos fenômenos climáticos por pensamentos dominantes que fazem da população uma massa de manobra para o enriquecimento próprio. Araújo (2000) ainda complementa:

O pensamento dominante busca na natureza (a existência do imenso e frágil semi-árido) a causa essencial do problema da seca do Nordeste brasileiro. Questões de natureza climática e meteorológica, as limitações hidrológicas e irregularidade pluviométrica, por exemplo, estariam na base do drama que sistematicamente afeta milhões de nordestinos. A natureza eximira o homem, segundo esse tipo de abordagem, que conseguiu se impor por muito tempo. E que fundamentou por exemplo, a chamada “política hidráulica”. Se o problema era a disponibilidade de água, acumular esse bem resolveria a questão. Grandes açudes foram feitos, e o drama social das populações sertanejas não se resolveu. (ARAÚJO, 2000, p. 237)

Caminhando por essa linha, em meio a “solucionar” os problemas físicos que existiam e ainda existem na região que predomina o clima semiárido, em meados do século passado, foram criadas entidades governamentais, de certa forma com interesses políticos maiores que sociais, que viessem a sanar tais penúrias, como segundo (SILVA; SILVA; CARVALHO,

2014, p. 138): O Departamento de Obras Contra a Seca – DENOCS, A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco – Chesf e a Comissão do Vale do São Francisco – CVSF.

O DENOCS na construção de açudes, estradas, linhas de transmissão de energia, sistemas de abastecimento de água e implantação de sistemas de irrigação. Já a SUDENE foi uma tentativa de intervenção do estado para o desenvolvimento socioeconômico. Outra entidade desenvolvida foi a Chesf responsável para produzir, transmitir e comercializar energia elétrica para a região Nordeste do Brasil. E por fim a criação da CVSF, que tinha como objetivo: regularizar o regime fluvial do rio São Francisco, melhorar os sistemas de transportes, comunicação, irrigação e saneamento urbano e rural, como também o aumento do fomento à produção agrícola.

Nesta contextualização das instituições inseridas no meio rural do semiárido nordestino, percebe-se que a quantidade de projetos públicos para o desenvolvimento da região é significativo. No entanto, uma questão permanece: por que não houve o progresso social-econômico esperado? Nesse plano, “Apesar da persistência dessa problemática, a história mostra que, desde as primeiras secas até os dias atuais, o Nordeste recebeu muitas políticas públicas, as quais visaram principalmente o combate à seca, na tentativa de auxiliar o trabalho do homem do campo” (SILVA; SILVA; CARVALHO, 2014, p. 139)

Talvez a grande questão fosse não acabar com a seca como solução de todos os problemas, mas sim em aprender a conviver com tal fenômeno natural. Outro questionamento que se faz é: por que essas políticas implementadas muitas das vezes beneficiaram grandes proprietários, e de certa forma, também favoreceram os interesses de cunho político de governantes da região?

A respeito da convivência com o semiárido nordestino, é importante o entendimento dessa possibilidade como caminho viável, pois a partir das intervenções por meio de políticas públicas voltadas para os mais pobres, serão possibilitadas perspectivas aos sertanejos versus as carências naturais e socioeconômicas da região que interferem em seu desenvolvimento, Alcantara e Costa (2010) complementam:

Desta forma, é indispensável à reflexão sobre políticas e programas voltados para pequenos produtores rurais. Especialmente no semi-árido nordestino, onde se encontra a maior carência de projetos com a finalidade de solucionar problemas relacionados ao homem-meio e ao enraizamento dessas comunidades no território, observando as contradições que permeiam a discussão sobre possíveis melhorias das condições de vida destes. (ALCANTARA; COSTA, 2010, p. 181)

Diante de toda essa discussão acerca do desenvolvimento rural e das políticas públicas, se faz necessário o reconhecimento desses processos. Analisando a partir do contexto em que, de uma forma ou de outra, esses interferem na vida daqueles que vivem no meio rural. No Nordeste brasileiro e em especial na Bahia, maior estado da região, o desenvolvimento rural atrelado à introdução de políticas públicas possibilita uma nova visão e novas possibilidades para aqueles que fazem do sertão sua reprodução em meio a todas as adversidades, sejam elas climáticas ou socioeconômicas.

A questão do acesso à água tem sido o ápice das ações públicas realizadas no Nordeste, devido às condições e irregularidades da pluviosidade. Em se tratando de políticas públicas que venham a universalizar o acesso à água, na última década, sabe-se que a construção de cisternas assume importante papel nesse contexto, devido esta ser uma política concreta beneficiando aqueles mais desfavorecidos na captação da água da chuva.

Contudo, no planejamento e formulação das políticas públicas, em especial as que inferem o acesso à água, a participação da população é fundamental, pois ela deve definir as prioridades e carências que serão interferidas pelas políticas públicas. No entanto, a participação social na discussão de políticas públicas voltadas para a questão da água está vinculada a poucas organizações, e a população em si não tem o conhecimento do poder que ela tem de gerir suas próprias políticas. Assim, o acesso à água é um direito básico a toda população, e no semiárido nordestino, programas federais e estaduais aos poucos conseguem chegar aos municípios e tornam essa convivência com a seca mais simplificada e a presença da água tem grande influência nessa questão.

A atuação do Programa Água para Todos no município de Aracatu – BA

Aracatu é um município do estado da Bahia com uma extensão territorial de 1.489 km². A população é de 13.743 habitantes, segundo o IBGE em 2010 e estimada, em 2016 em 14.023 habitantes. É regionalizado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI, como integrante do Território de Identidade do Sudoeste Baiano.

O programa Água para Todos foi institucionalizado em 2007 pelo governo federal a partir da necessidade de se universalizar o acesso e uso de água para populações carentes, residentes em comunidades rurais que não são atendidas por um sistema de abastecimento, principalmente na região Nordeste.

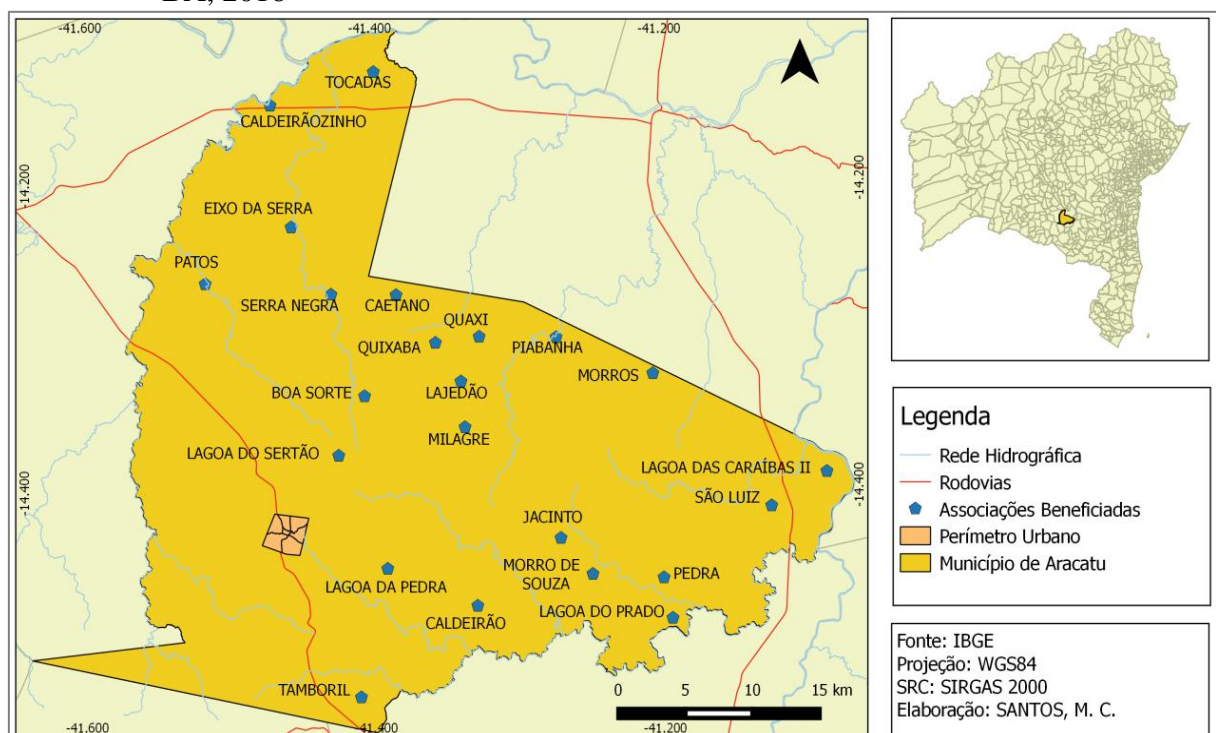
Segundo o Ministério da Integração Nacional (2015), o programa tem como objetivo garantir o amplo acesso à água para as populações rurais dispersas e em situação de extrema

pobreza, seja para o consumo próprio ou para a produção de alimentos e a criação de animais, e com a geração de excedentes comercializáveis contribui para a ampliação da renda familiar dos produtores rurais.

No ano de 2007 foi implantado na Bahia o Projeto Água para Todos, com a finalidade principal de ampliar a cobertura de abastecimento de água, especialmente no semiárido baiano. O planejamento e execução das metas desse Programa na Bahia foram realizados por meio do projeto Gente de Valor, resultado de uma parceria entre o governo estadual, a Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR e o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA. Com isso, o projeto Gente de Valor atuou em 34 municípios do semiárido baiano, inclusive Aracatu a partir de 2008.

No município de Aracatu, o projeto aconteceu em duas etapas: a primeira teve início em 2008 e outra em 2010, mas com o mesmo objetivo, o de implantar cisternas de 16000 litros. Vale ressaltar que esse estudo analisa apenas a primeira etapa com a construção de 1578 cisternas, beneficiando respectivamente a mesma quantidade de famílias residentes no espaço rural do município.

Mapa 1 – Distribuição das associações beneficiadas pelo Programa Água para Todos, Aracatu – BA, 2016



Fonte: Elaborado por SANTOS M. C., (2016)

O Centro Comunitário da Paróquia São Pedro – CCPSP e outras organizações não governamentais foram os responsáveis pela execução do Programa Água para Todos.

Desenvolveram um papel social com as famílias além da construção das cisternas para a captação da água das chuvas.

Ao realizar esse estudo, foi possível mapear todas as associações beneficiadas no município. De acordo com o mapa 1 e a tabela 1, é possível constatar a distribuição das associações e da quantidade de cisternas com que cada uma foi beneficiada.

A implantação das cisternas englobaram 23 associações, essas correspondem a um número bem maior de comunidades rurais e esse convênio de 2008/ 2009 não foi suficiente para universalizar o acesso a água, precisando posteriormente a construção de mais cisternas em localidades não incluídas.

Tabela 1 - Distribuição das cisternas por associações, Aracatu, BA - 2016

Associações Beneficiadas	Quantidade de Cisternas
Tocadas	09
Caldeirãozinho	10
Eixo da Serra	34
Patos	34
Serra Negra	68
Caetano	179
Quaxi	103
Quixaba	46
Piabanha	77
Lagedão	56
Boa Sorte	44
Lagoa do Sertão	47
Milagres	95
Morros	24
Lagoa das Caraibas	77
São Luiz	96
Pedra	96
Lagoa do Prado	90
Morro de Sousa	48
Jacinto	89
Caldeirão	80
Lagoa da Pedra	172
Tamboril	04
TOTAL	1578

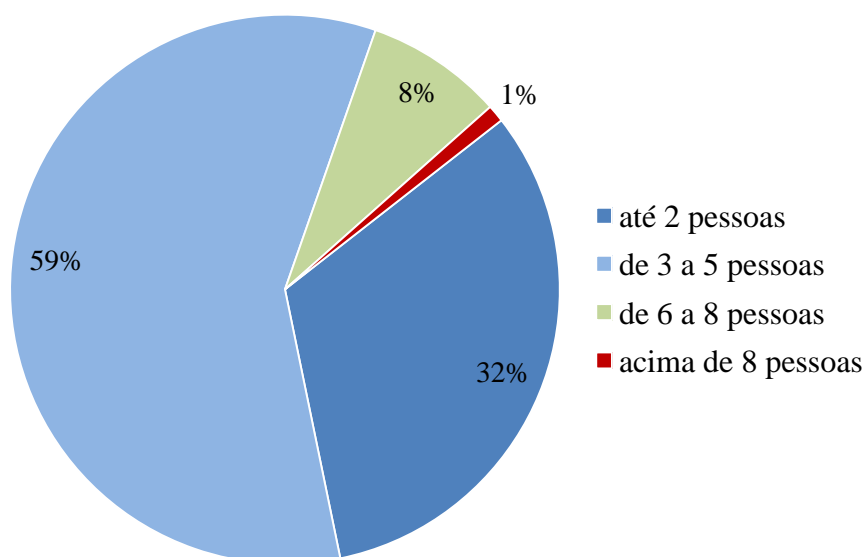
Fonte: Arquivos do CCPSP, adaptado pelos autores, 2016.

A implantação das cisternas englobaram 23 associações, essas correspondem a um número bem maior de comunidades rurais e esse convênio de 2008/ 2009 não foi suficiente

para universalizar o acesso a água, precisando posteriormente a construção de mais cisternas em localidades não incluídas.

Outro fator a ser considerado é a quantidade de pessoas residentes na moradia beneficiada. Segundo dados coletados, a maioria das famílias é composta de uma a cinco pessoas, conforme gráfico 1.

Gráfico 1 - Número de moradores em residências beneficiadas pelo Programa Água para Todos no município de Aracatu, BA – 2016



Fonte: Elaborado por SANTOS M. C., dados da pesquisa de campo (2016)

A partir desses dados, pode-se considerar que a quantidade de membros na família é mediana. No município de Aracatu, ocorreu essa redução principalmente por dois motivos: a queda do número de filhos e o êxodo rural, que contribuíram para o estreitamento do número de moradores na mesma residência.

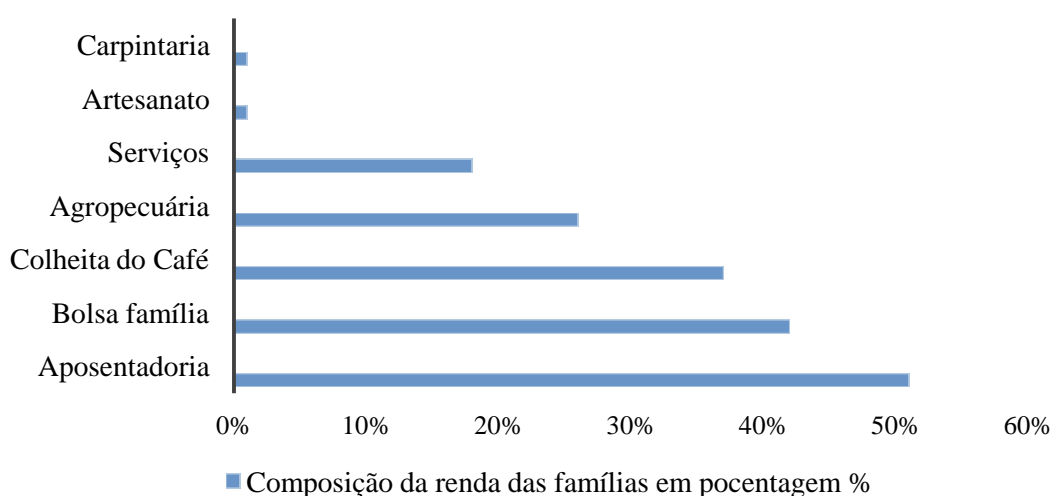
Verificou-se por meio da análise a quantidade de moradores na residência, e a capacidade da cisterna abastecer a família num determinado espaço de tempo. Segundo o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada – IRPAA (2001), uma pessoa utiliza em média 14 litros de água por dia, incluindo a água de beber, cozinhar e lavar as mãos e o rosto, então, uma família de cinco pessoas gastam em média diariamente 70 litros, o que equivale a 2100 litros por mês.

Após os cálculos, pode-se dizer que uma família de cinco pessoas consumiria em sete meses e meio a quantidade máxima de água armazenada. Numa região onde o índice

pluviométrico é em média 500 milímetros e que as estações chuvosas são definidas, variando de novembro a março, mesmo com a irregularidade da precipitação, e que os outros sete meses são constituídos meses sem chuvas, ainda assim, a água da cisterna seria suficiente para a demanda da residência.

Nesse seguimento, a renda da familiar se baseia não somente na agropecuária, no artesanato e na utilidade da madeira, mas existem outros componentes que participam do faturamento, entre eles o setor de serviços, os programas de transferência de renda e a colheita do café, conforme o gráfico 2.

Gráfico 2 - Composição da renda das famílias, Aracatu - BA, 2016



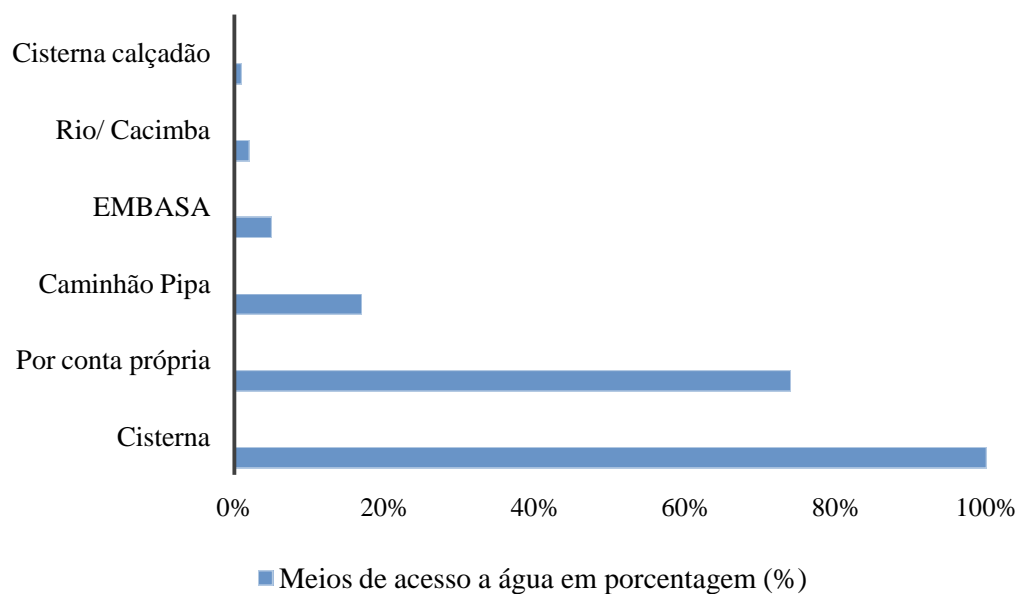
Fonte: Elaborado por SANTOS M. C., dados da pesquisa de campo (2016)

Conforme a análise do gráfico é possível suscitar o destaque para a aposentadoria rural, pois, se trata de uma importante política pública para a parcela da população idosa (mulher 55 anos e homem 60 anos) e para a economia do município. Da mesma maneira, o Programa Bolsa Família também tem sua importância em consequência do auxílio das famílias carentes.

Na maioria dos municípios pequenos, a principal fonte de empregos formais é o emprego público, especialmente na prefeitura municipal. Em Aracatu não é diferente, visto que, essa instituição funciona como uma empresa, porém, os cargos ocupados pelos servidores servem como garantia de reter votos para próximas eleições. Sugestão: Ainda na análise da composição da renda familiar, a colheita do café é, se não a principal, uma das mais significativas alternativas que muitas famílias encontram de conseguir recursos para sobreviver. É através da migração sazonal para estados produtores de café que as famílias conseguem uma melhoria na renda familiar.

Ao se tratar do acesso à água, o abastecimento feito atualmente se dá através de vários meios, seja pela cisterna, por caminhões pipas, pela rede da embasa, por rios ou cacimbas, pela cisterna calçadão ou por conta própria (Barragens particulares, poços artesianos, caldeirão de pedra, etc.), conforme mostra o gráfico 3.

Gráfico 3 - Meios de acesso a água pelas famílias beneficiadas, Aracatu, BA - 2016



Fonte: Elaborado por SANTOS M. C., dados da pesquisa de campo (2016)

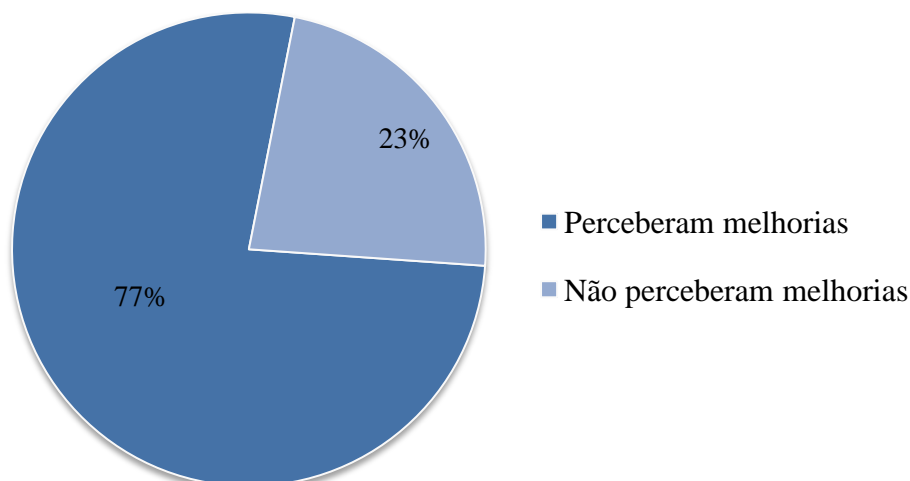
Pode-se observar no gráfico acima que a cisterna tem grande influencia na questão do armazenamento de água, pois devido sua estrutura ser fechada não há evaporação nem possibilidade de entrada de insetos. Os eixos que demonstram o acesso por conta própria são, principalmente, infraestruturas particulares, pois somente a água da cisterna não é suficiente para as demandas da propriedade. Em relação aos caminhões pipas, essa é uma realidade que está presente no município, principalmente nos meses de estiagem. Em referência ao acesso de água pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA, apenas 5 % das residências rurais tem água tratada pela rede, o que nos mostra a insuficiência de políticas de saneamento no município.

Outro meio utilizado por algumas famílias para ter acesso a água é através de rio ou cacimbas, e nesse caso, seria apenas em comunidades ribeirinhas no extremo oeste do município por onde transpassa o Rio Gavião, único rio perene existente na região. Já as cacimbas são feitas em riachos intermitentes ou baixadas, lugar onde geralmente é encontrada água, porém salobra.

Nessa direção também, outra política pública que começou a ser inserida no município é a cisterna calçadão que é parecida com a cisterna de consumo humano, mas com a capacidade de armazenar 52.000 litros e que tem o objetivo de ampliar a produção de alimentos pela família. Essa política de convivência também está sendo executada pelo CCPSP com parceria junto a Articulação do Semiárido – ASA, porém atende poucas famílias em relação às cisternas para consumo humano.

Boa parte das famílias adere à construção da cisterna como um fator fundamental também para a melhoria na saúde, conforme (gráfico 4), pois o consumo de água em condições aceitáveis contribuiu para a diminuição da incidência de doenças e por consequência, da mortalidade infantil no município.

Gráfico 4 - Índice de famílias que perceberam melhorias na saúde da família após o consumo da água captada pela cisterna, Aracatu, BA – 2016



Fonte: Elaborado por SANTOS M. C., dados da pesquisa de campo (2016)

As informações presentes no gráfico vêm reafirmar o que havia sido discutido, pois de fato as condições de saúde melhoraram por meio do consumo de uma água de qualidade, diferente da água consumida antes do benefício, que causava diarreias, vômitos e vermes, segundo depoimento dos beneficiários. Esses relatos eram demonstrados com um sentimento de alívio, tanto em benefícios à saúde como outras melhorias promovidas.

Assim, por meio da cisterna foi possibilitada alterações na condição de vida no município de Aracatu, devido a modificações não só estruturais, mas também no cotidiano das pessoas.

De acordo com os questionamentos propostos na pesquisa, as principais melhorias ocasionadas, segundos os beneficiados, foram: Abolição da necessidade de percorrer grandes distâncias para buscar água no período de estiagem, havendo agora um reservatório grande e

fechado lado da residência para armazenar água da chuva, água de boa qualidade para cozinhar e beber e cisterna gratuita. Essas foram algumas das mudanças que atingiram a maior parte das pessoas, porém 4 % não perceberam significativas transformações, haja vista, a estrutura física da cisterna está imprópria para o armazenamento. No quadro abaixo entende-se melhor esse processo ocorrido antes e depois da cisterna.

Quadro I - Percepção dos beneficiados antes e depois da cisterna, Aracatu, BA - 2016

Antes sem a cisterna	Agora com a cisterna	Não houve mudanças
<ul style="list-style-type: none"> • Não havia o reservatório; • Consumiam de água salgada de cacimba, barreiro (com dejetos de animais), barragem e caldeirão de pedra; • Buscavam água na cabeça e em Jugues (muitas vezes a quilômetros); • Distância grande para conseguir água principalmente no período seca; • Contraíam Diarreia e vermes; Passavam sede; • Compravam água ou custeavam o transporte; 	<ul style="list-style-type: none"> • Hoje há cisterna do lado de casa; • Água de boa qualidade para beber e cozinhar; • Melhorias na saúde, principalmente no combate à diarreia e aos vermes que atingiam as crianças; • Água captada diretamente da chuva e utilizada para o abastecimento doméstico; • Água sem custo. 	<p>4 famílias não perceberam mudanças</p>

Fonte: Pesquisa de campo, 2016.

A construção de cisternas melhorou as condições de acesso à água da população, pois essas sofriam com a falta de água e os agravantes que traziam junto à escassez e a qualidade do recurso, o que dificultava a própria sobrevivência dos mesmos. Nesse sentido, mesmo que ainda existam dificuldades em determinados períodos do ano em relação a água, os moradores afirmam que depois da instalação da cisterna houve efetivas melhorias que possibilitaram o desenvolvimento rural.

Assim, praticamente todos os beneficiados reconheceram que esta política de acesso à água foi fundamental, por ser um meio que realmente auxiliou a todos a ter no mínimo o direito básico do acesso à água.

Desse modo, o espaço rural do município foi modificado, visto que a inserção das cisternas nas comunidades possibilitou a disponibilidade de água de boa qualidade para o consumo humano e melhorias nas condições de vida, diante de uma realidade que enfrenta longos períodos de estiagem.

Considerações finais

A pesquisa buscou questionar como as políticas públicas têm influenciado na configuração desse espaço, em especial ao município de Aracatu, no estado da Bahia. As colocações acerca das políticas públicas foram essenciais para compreender como essas podem interferir no espaço rural que carece, muitas vezes, de garantias básicas para a sobrevivência da população e permanência no campo.

O Programa Água para Todos faz parte da realidade de Aracatu na convivência com o semiárido, pois, por muito tempo, tanto o Nordeste brasileiro quanto o município esteve ligado às relações políticas que se aproveitaram das fragilidades climáticas da região para lançar falsas promessas e propagar os interesses advindos do sofrimento das pessoas quanto ao acesso à água.

Em função de o município estudado estar localizado numa região semiárida e por ser característica dessa localidade a baixa pluviosidade, foi possível constatar que a implantação do programa Água para Todos com a proposta de construção de cisternas para a captação de água da chuva para o consumo humano proporcionou um ganho no que diz respeito ao consumo de água potável, facilidade no acesso ao recurso e na valorização do direito ao mínimo de saneamento que uma família residente no meio rural pode ter.

Percebeu-se também que, a implementação da política pública Água para Todos no município de Aracatu, contribuiu para o desenvolvimento rural, uma vez que, facilitou o convívio da população com a realidade da região semiárida, com o abastecimento da cisterna pela água da chuva que gera segurança alimentar e hídrica e autonomia das famílias, pois, a chegada do reservatório representa a minimização do drama da busca diária pela água.

Contudo, as cisternas instaladas pelo Programa Água para Todos representam, hoje, uma alternativa de conviver com a seca e configura-se como uma significativa possibilidade de atender a demanda hídrica das famílias, ao garantir o acesso à água, além de proporcionar a participação social e promover a emancipação das famílias rurais no município de Aracatu-BA.

Referências

ALCANTARA, F. V.; COSTA, J. E. **“As políticas de Desenvolvimento Regional”**: Um olhar sobre o projeto comunitário do rio Gavião no Sudoeste da Bahia. Editora UFS. São Cristóvão, 2010. 179 a 201. .

ANDRADE, M. C. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuições ai estudo da questão agrária no Nordeste**. 7ª ed. rev. E aumentada. São Paulo: Cortez, 2005.

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro. Editora Revan. 2000, 392p.

CARVALHO, D. M.; COSTA, J. E.; BRITO, V. A. Crédito rural voltado à agricultura familiar e ao desenvolvimento espacial em Sergipe. In: CARVALHO, D. M.; ALCANTARA, F. V.; COSTA, J. E. **Contextos do Espaço Rural no Nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014. p 67-98.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IRPAA. **A Busca da Água no Sertão: Convivendo com o Semi-Árido**. Juazeiro, BA: IRPAA, 2001.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 6, nº 11, jan/jun 2004, p. 88-125.

SILVA, J. L.; SILVA, L. O.; CARVALHO, D. M. Políticas públicas voltadas ao homem simples do Nordeste: caso dos assentados do Nossa senhora Aparecida e Jacaré-Curitiba/ SE. In: CARVALHO, D. M.; ALCANTARA, F. V.; COSTA, J. E. **Contextos do Espaço Rural no Nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2014. p 133-156.

SOUZA, M. L. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Território**. V.1, nº. 1 – jul/dez. 1996. p. 5-22

SOUZA, R. S. S. O desenvolvimento territorial rural e as políticas agrícolas nos municípios sergipanos de Simão Dias e de Poço Verde: Os territórios rurais sobre o dilema produtivista e as estratégias de ação coletivo-Institucional. In: CARVALHO, D. M.; ALCANTARA, F.V.; COSTA, J. A. **Desenvolvimento territorial, agricultura e sustentabilidade no nordeste**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010. p 245-274.